



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



5529
Habeas Corpus nº 0204401-7

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

Impetrado: Julzo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru

Impetrante: Bela. Raimunda Iracema Correia, OAB/PE 12.681

Pacientes: Marcelo Norberto Dias

Isadir Caetano dos Santos Filho

Maurício Rodrigues Félix da Silva

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça Convocada: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

091

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL - HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR - CRIME DE ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO - ARTIGO 157, § 2º, INCISOS I e II, C/C ARTIGO 70, AMBOS DO CÓDIGO PENAL - SENTENÇA CONDENATÓRIA EM TOTAL DESARMONIA COM O ESTOFO PROBATÓRIO - CERCEAMENTO DE DEFESA NO MOMENTO EM QUE O JUÍZO SENTENCIANTE DEIXOU DE RECEBER RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO DE MÉRITO - DIREITO DE AGUARDAR O JULGAMENTO DOS RECURSOS EM LIBERDADE - TOTAL IMPROCEDÊNCIA - CLARA A INTENÇÃO DA IMPETRANTE DE ANALISAR NOVAMENTE TODO O ESTOFO PROBATÓRIO OBTIDO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL, NO INTUITO DE ALCANÇAR A ABSOLVIÇÃO DOS PACIENTES - HABEAS CORPUS NÃO É O MEIO CABÍVEL PARA SE DISCUTIR QUALQUER MATÉRIA QUE ENVOLVA DILAÇÃO PROBATÓRIA, SENDO A TAREFA PUGNADA NA INICIAL MATÉRIA PRÓPRIA DE RECURSO APELATÓRIO, NÃO ALCANÇANDO A PRESENTE ORDEM CONSTITUCIONAL A ANÁLISE DE TAL PEDIDO - INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DA DEFESA - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO NÃO RECEBIDO EM FACE DO EVIDENTE ERRO COMETIDO PELA DEFESA - AFASTADO O MANUSEIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL - DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE NEGADO DE FORMA FUNDAMENTADA - OBEDIÊNCIA AO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 387, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS NÃO IMPEDEM A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 86 DO TJPE - ORDEM DENEGADA - DECISÃO UNÂNIME.

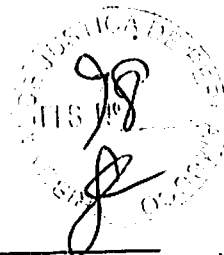
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0204401-7, da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, em que figuram, como impetrante, a Bela. Raimunda Iracema Correia e, como pacientes, Marcelo Norberto Dias, Isadir Caetano dos Santos Filho e Maurício Rodrigues Félix da Silva acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em DENEGAR a presente ordem de Habeas Corpus, tudo consoante consta do relatório e voto em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 02 de Fevereiro de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



Habeas Corpus nº 0204401-7

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru

Impetrante: Bela. Raimunda Iracema Correia, OAB/PE 12.681

Pacientes: Marcelo Norberto Dias

Isadir Caetano dos Santos Filho

Maurício Rodrigues Félix da Silva

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça Convocada: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

092

RELATÓRIO

A Bela. Raimunda Iracema Correia, OAB/PE 12.681, impetrou a presente ordem de **HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR**, em favor de MARCELO NORBERTO DIAS, ISADIR CAETANO DOS SANTOS FILHO e MAURÍCIO RODRIGUES FÉLIX DA SILVA, que se encontram custodiados e recolhidos à Unidade Penitenciária Juiz Plácido de Souza.

Apontou como autoridade coatora o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru/PE.

Consta dos autos que os pacientes foram presos no dia 28 de outubro de 2008 e condenados em 22 de outubro de 2009 (*processo-crime nº 213.2008.008545-7*) nas sanções do artigo 157, § 2º, incisos I e II, c/c artigo 70, ambos do Código Penal.

Argumentou a impetrante que a sentença condenatória foi prolatada em total **desarmonia com o estofo probatório** carreado durante a instrução criminal, acrescendo, ainda, a ocorrência de **cerceamento de defesa** no momento em que o juízo sentenciante, ora autoridade impetrada, *deixou de receber recurso em sentido estrito* interposto em face da referida decisão de mérito.

Alegou, com isso, que a prisão do pacientes encontra-se **ivada de ilegalidade**, em virtude das supostas nulidades ocorridas durante o andamento do processo-crime, sustentando, ainda, que os mesmos são primários, com bons antecedentes, endereços certos e profissões definidas.

RMCCO (HC 0204401-7)

Fórum Thomaz de Aquino Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP. 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3840/Fax: 3419 3543 Celulares: (0 XX 81) 98016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



093

Pugnou, ao final, pela imediata expedição do alvará de soltura em favor dos pacientes, pondo-os em liberdade a fim de aguardar o julgamento dos recursos interpostos pela defesa.

A inicial veio acompanhada de documentos, às fls. 11/66

Indeferido o pedido de liminar, às fls. 74/75.

Informações prestadas às fls. 80/81 esclarecendo o magistrado que os pacientes foram condenados conforme o corpo probatório carreado durante a instrução criminal e que a alegação de cerceamento de defesa não deve prosperar, uma vez que o recurso em sentido estrito não foi recebido em face do erro grosseiro cometido pela defesa, não sendo possível aplicar o princípio da fungibilidade recursal.

Manifestando-se o Ministério Público de 2º grau, representado pela Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva, ofereceu parecer às fls. 89/93, opinando pela **denegação da ordem**.

É o relatório

Recife, 12 de Fevereiro de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



094

Habeas Corpus nº 0204401-7

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru

Impetrante: Bela. Raimunda Iracema Correia, OAB/PE 12.681

Pacientes: Marcelo Norberto Dias

Isadir Caetano dos Santos Filho

Maurício Rodrigues Félix da Silva

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça Convocada: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores.
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Como anotado alhures, os pacientes foram sentenciados e condenados pelo cometimento do crime tipificado **artigo 157, § 2º, incisos I e II, c/c artigo 70, ambos do Código Penal**, sendo argumentado pela impetrante que a sentença condenatória foi prolatada em **total desarmonia com o estofo probatório** obtido durante a instrução criminal, acrescendo, ainda, a ocorrência de **cerceamento de defesa** no momento em que o juízo sentenciante, ora autoridade impetrada, *deixou de receber recurso em sentido estrito* interposto em face da referida decisão de mérito.

Pois bem.

Ao analisar toda a documentação trazida pela impetrante (fls. 11/66), em conjunto com as informações prestadas pela autoridade impetrada, concluo pela total improcedência dos argumentos expostos na peça inaugural. **Senão vejamos.**

Resta clara a intenção da impetrante em analisar novamente todo o bojo probatório obtido durante a instrução criminal, aspirando absolvição dos pacientes.

Contudo, repousa na doutrina e no entendimento jurisprudencial que a ação constitucional de *habeas corpus* não é o meio cabível

RMCCO (HC 0204401-7)

Fórum Thomaz de Aquino Av. Martins de Barros, 593 – 2º andar – Santo Antônio – RECIFE-PE CEP: 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

095



para se discutir qualquer matéria que envolva dilação probatória, sendo a tarefa pugnada na inicial matéria própria de recurso apelatório, não alcançando a presente ordem constitucional a análise de tal pedido.

Justiça:

Neste diapasão é a entendimento do Superior Tribunal de

STJ: "HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. CONDENAÇÃO BASEADA EXCLUSIVAMENTE EM ELEMENTOS INFORMATIVOS COLHIDOS NO INQUÉRITO POLICIAL. INOCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. 1. Embora esta Corte Superior de Justiça tenha entendimento consolidado no sentido de considerar inadmissível a prolação do édito condenatório exclusivamente com base em elementos de informação colhidos durante o inquérito policial, tal situação não se verifica na hipótese, já que o magistrado singular apolou-se também em elementos de prova colhidos no âmbito do devido processo legal. SENTENÇA CONDENATÓRIA. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. DECISÃO FUNDAMENTADA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. ABSOLVIÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT . 1. A alegada fragilidade do conjunto probatório, a ensejar a pretendida absolvição, é questão que demanda aprofundada análise de provas, o que é vedado na via estreita do remédio constitucional, que possui rito célere e cognição sumária. 2. No processo penal brasileiro vigora o princípio do livre convencimento, em que o julgador, desde que, de forma fundamentada, pode decidir pela condenação, não cabendo, então, na angusta via do writ o exame aprofundado de prova no intuito de reanalisar as razões e motivos pelos quais as instâncias anteriores formaram convicção pela prolação de decisão repressiva em desfavor do paciente (...) 3. Ordem denegada" (HC 124277 / SP 2008/0280252-8, Ministro JORGE MUSSI (1138), T-5, Data do Julgamento: 19/11/2009, Data da Publicação/Fonte: DJe 15/12/2009)

Ademais, divergindo da visão da impetrante, constato que a sentença condenatória (fls. 51/59) não foi prolatada apenas com base em elementos de informações colhidos durante a fase inquisitorial, mas sim, apoiando-se no corpo probatório colhido durante a instrução criminal, o que afasta qualquer suspeita de afronta ao devido processo legal.

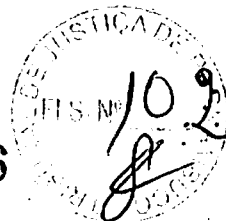
RMCCO (HC 0204401-7)

Fórum Thomaz de Aquino Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP. 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

096



E quanto ao alegado **cerceamento de defesa**, da mesma forma que os primeiros argumentos, entendo que não merece guarida o pleito da impetrante, haja vista o recurso em sentido estrito interposto contra a sentença condenatória não ter sido recebido em face do evidente erro cometido pela defesa, afastando a possibilidade de manuseio da fungibilidade recursal no caso em apreço.

Cumprе esclarecer, outrossim, que foi interposto recurso de apelação contra a sentença, estando, no momento, aguardando a apresentação das contrarrazões pelo Órgão Ministerial.

Também não merece prosperar o pleito dos pacientes **aguardarem o julgamento do recurso apelatório em liberdade**, posto que não restou percebido pelo magistrado de 1º grau qualquer fato modificativo até o momento da prolação de decisão guerreada, acrescendo, ainda, o fato de os pacientes terem permanecido custodiados durante toda a instrução criminal.

Acresço que as razões da necessidade de os pacientes permanecerem recolhidos enquanto aguardam julgamento de possível recurso apelatório estão bem explicitadas na sentença condenatória (fls. 51/59), inexistindo qualquer afronta ao parágrafo único, do artigo 387, do Código de Processo Penal.

Por fim, quanto ao alegado pela impetrante acerca dos antecedentes, primariedade e domicílio certo dos pacientes como condições favoráveis à concessão da liberdade, não há como prosperar quando se constata elementos que induzem a segregação. Neste sentido, destaco a Súmula nº 86 do TJPE:

"As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".

Assim sendo, acolho, na íntegra, o parecer da Procuradoria de Justiça Criminal, e **VOTO PELA DENEGAÇÃO** da ordem.

É como voto.

Recife, 02 de Fevereiro de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator